

ano 10 – n. 27 | maio/agosto – 2021  
Belo Horizonte | p. 1-284 | ISSN 2238-9695  
R. Fórum de Dir. Civ. – RFDC

Revista Fórum de  
DIREITO CIVIL

RFDC

**FÓRUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## Editorial

A hora e a vez do superendividado? .....	7
--	---

## **DOCTRINA E ATUALIDADES**

A nulidade da cláusula de fixação de preço na expressão monetária de produtos nos contratos de arrendamento rural à luz do art. 18 do Decreto nº 59.566/66

<b>Marinna Camilotti, André Luiz Arnt Ramos</b> .....	13
1 Introdução .....	13
2 Estatuto da Terra e Decreto nº 59.566/66 .....	15
3 Agronegócio .....	17
4 Arrendamento rural .....	20
5 Preço do arrendamento em produto .....	23
6 Conclusão .....	30
Referências .....	31
ANEXO I – EVOLUÇÃO MENSAL DO PIB DO AGRONEGÓCIO. ....	35

Responsabilidade civil pela prática de racismo: danos morais individuais e coletivos

<b>Romualdo Baptista dos Santos</b> .....	37
Introdução .....	37
1 Supedâneo fático: alguns fatos sobre a prática de racismo .....	38
2 Notas conceituais sobre o racismo .....	40
3 <i>Unitas multiplex</i> : a natureza multidimensional da dignidade humana .....	43
4 Dimensões do dano moral: individual, coletivo, social e humanitário .....	44
5 Racismo e dano moral individual e coletivo .....	47
6 Caracterização da responsabilidade civil pela prática de ofensas raciais .....	50
Conclusões .....	51
Referências .....	53

A desjudicialização do direito de filiação e os direitos de crianças e adolescentes: notas sobre o Provimento nº 83 do Conselho Nacional de Justiça

<b>Vanessa Ribeiro Corrêa Sampaio Souza, Vitor Almeida, Manoela Gomes Fernandes</b> .....	57
Introdução .....	58
1 Rumos da desjudicialização e da contratualização do direito de família .....	60
2 Panorama acerca do reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva e da multiparentalidade .....	64
3 O Provimento nº 83 do Conselho Nacional de Justiça .....	69
4 Algumas questões sobre a atual regulamentação do reconhecimento extrajudicial da parentalidade socioafetiva .....	70
4.1 Conselho Nacional de Justiça e atos notariais .....	70
4.2 Afetividade e adoção, abrangência etária do provimento, atuação cartorária e consentimento .....	73
5 Considerações finais .....	77
Referências .....	79

## O apadrinhamento de idosos no Brasil como garantia da dignidade da pessoa humana

<b>Fernanda Regina Rocha de Jesus, Manuela Gatto Santa Rita de Souza</b> .....	81
Introdução .....	81
1    As legislações protetivas do idoso no Brasil .....	82
1.1    Constituição Federal .....	83
1.2    A Política Nacional do Idoso: Lei nº 8.842/94 .....	84
1.3    O Estatuto do Idoso: Lei nº 10.741/2003 .....	85
2    O princípio da dignidade da pessoa humana .....	86
3    O envelhecimento e o crescente número de abandonos de idosos no Brasil .....	88
3.1    A velhice na sociedade atual .....	88
3.2    O aumento de idosos no país e suas consequências .....	89
4    A possibilidade jurídica do apadrinhamento de idosos no Brasil .....	91
4.1    O acolhimento, apadrinhamento e a adoção pelas Leis nºs 13.509 e 8.069 .....	91
4.1.1    Adoção .....	93
4.1.2    Apadrinhamento .....	93
4.2    Sistemas análogos em outros países .....	95
4.3    O apadrinhamento de idosos no Brasil .....	96
Conclusão .....	99
Referências .....	100

## Cláusula de renegociação: utilização como mecanismo de prevenção de litígios

<b>Juliana Leticia Suttilli Carniel</b> .....	105
1    Introdução .....	105
2    Noções iniciais sobre a cláusula de renegociação .....	107
2.1    Contexto de aplicação .....	107
2.2    Definição e caracterização .....	110
3    Principais componentes da cláusula de renegociação .....	113
3.1    Componentes procedimentais .....	113
3.2    Componentes relacionados ao conteúdo .....	115
3.3    Componentes para evitar comportamentos abusivos .....	117
4    Obrigação de renegociar derivada de cláusula contratual e seu (in)adimplemento .....	118
4.1    A obrigação de renegociar e seu adimplemento .....	118
4.2    O inadimplemento da obrigação de renegociar e suas consequências .....	121
5    Considerações finais .....	124
Referências .....	126

## A revisão judicial da cláusula penal compensatória nas promessas de compra e venda em regime de incorporação imobiliária

<b>Rogério Coutinho Beltrão</b> .....	129
1    Introdução .....	129
2    O dirigismo contratual: imbricações na interpretação da promessa de compra e venda em regime de incorporação .....	131
3    A extinção contratual do negócio jurídico incorporativo e a cláusula penal compensatória .....	137
4    Revisão judicial da cláusula penal compensatória nos contratos de incorporação .....	142
5    Conclusões .....	146
Referências .....	147

## DIÁLOGOS

### A execução da Cédula de Produto Rural (CPR) nas negociações da soja

<b>Fernanda Soares da Silva</b> .....	153
Introdução .....	153
1    A Cédula de Produto Rural .....	154
2    As garantias da Cédula de Produto Rural .....	158
2.1  Da hipoteca .....	159
2.2  Do penhor .....	160
2.3  Da alienação fiduciária .....	161
3    A execução da CPR nas negociações da soja .....	162
Considerações finais .....	166
Referências .....	167

## EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA

### Diferença entre dano não patrimonial individual e coletivo em Portugal

<b>Humberto Bosco Lustosa Barreira</b> .....	171
Introdução .....	171
1    Conceituação e base legal do dano não patrimonial em Portugal .....	173
1.1  Das cláusulas gerais de responsabilidade civil em Portugal .....	177
1.2  Da proteção constitucional do consumidor e da lei específica .....	178
1.3  Do dano não patrimonial no código civil português .....	180
1.4  Entendendo o <i>punitive damage</i> .....	183
1.5  Da distinção entre o dano não patrimonial individual e o coletivo .....	185
2    A tutela dos danos não patrimoniais individuais, difusos e coletivos .....	186
2.1 <i>Class actions</i> em Portugal? .....	189
2.2  A figura do provedor de justiça em Portugal .....	190
2.3  Jurisprudência de tribunais inferiores .....	192
2.4  Jurisprudência do STJ .....	195
2.5  Manifestação do tribunal constitucional quanto ao dano não patrimonial .....	200
Considerações finais .....	200
Referências .....	203

## AGENDAS DE DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL

### A responsabilidade civil da mãe gestante por danos ao nascituro

<b>Mário Luiz Delgado</b> .....	207
1    Introdução .....	207
2    O conceito de nascituro .....	209
3    O nascituro como titular de direitos da personalidade .....	209
4    Os deveres parentais de cuidado e de responsabilidade extensivos ao nascituro ..	211
5    A tutela do direito à integridade física e psíquica do nascituro durante a vida intrauterina .....	213
6    Dano genético e dano pré-natal .....	215
7    Responsabilizando a gestante: pressupostos e casuística .....	217
8    As ações de <i>wrongful birth</i> e <i>wrongful life</i> : um olhar sobre o Direito anglo-saxão ..	221
9    Conclusões .....	224
Referências .....	225

## JURISPRUDÊNCIA

Da constitucionalização do Direito Civil: uma análise acerca da eficácia horizontal dos direitos fundamentais nas relações privadas a partir do RE nº 201.819-8/RJ

<b>Gabriela Arantes Leite</b> .....	229
1 Introdução .....	229
2 O caso paradigmático em análise: União Brasileira de Compositores vs. Arthur R. Villarinho no âmbito do acórdão proferido no RE nº 201.819-8/RJ pelo Supremo Tribunal Federal (STF) .....	230
3 Breves considerações acerca da constitucionalização do Direito Civil .....	233
4 Da irradiação constitucional no âmbito do Direito Civil: a questão concernente à eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas a partir do RE nº 201.819-8/RJ .....	236
5 Direitos fundamentais e particulares: a desigualdade fática proporcionada pela autonomia privada e o estabelecimento de parâmetros para a ponderação de interesses .....	244
6 Conclusão .....	250
Referências .....	251

### Superior Tribunal de Justiça

Recurso Especial – Processo Civil – Ação cominatória – Custeio de medicamento importado devidamente registrado na ANVISA – Recusa ilícita – Entendimento adotado na origem em contrariedade ao posicionamento firmado pela 2ª Seção do STJ – Limitações dos tratamentos – Conduta abusiva – Indevida negativa de cobertura – Ratificação de jurisprudência. Agravo Interno no Recurso Especial nº 1874078/PE .....	255
--	-----

## RESENHAS

Resenha jurídica sobre o livro <i>Crise e perturbações no cumprimento da prestação: estudo de direito comparado luso-brasileiro</i> <b>Filipe Nicholas Moreira Cavalcante de Oliveira</b> .....	265
Resenha à obra <i>Publicidade digital e proteção de dados pessoais: o direito ao sossego</i> , de Arthur Pinheiro Basan <b>José Luiz de Moura Faleiros Júnior</b> .....	277
Instruções para os autores .....	283